

Chronica do Exilio

PUBLICAÇÃO SEMANAL

Empreza Editora "Chronica do Exilio", 7, rue Laffitte, PARIS

Telephone : 324-26

PREÇO DA ASSIGNATURA (Franco de porte) Pagamento adeantado	Anno	Fr. 14 »
	Semestre	7.50
	Numero avulso	0.30

SUMMARIO :

De como o paiz não tem o governo que merece.

A Republica e as classes sociaes.

Onde se fala do snr. Feijão, considerado como symbolo nacional.



ão, o paiz não tem o governo que merece !

Um paiz que pelo sentimento, pelas condições da sua raça e por uma certa intuição das suas conveniencias politicas e sociaes é na realidade monarchico, catholico, conservador, e que apesar d'isso consente em viver sem Monarchia, sem catholicismo e revolvido por uma permanente e artificial ebullição revolucionaria — este paiz o que merecia era que lhe atirassem para cima uma Republica dotada d'um tal ou qual instincto de conservação, d'um pouco d'intelligencia, d'uns longes de senso commum, capaz portanto de se lhe ir aguentando sobre os lombos, de lhe proscreever com certa astucia o culto do seu Deus, de lhe destruir definitivamente todas as suas leis e os seus costumes, não o largando senão passado muito tempo, já então insanavelmente arruinado, e comido até o tutano pela verminagem que o regimen sustenta para constituir o seu pessoal e a sua *opinião publica*.

Isto, esta Republica de durar, era o que merecia uma nação de tão boa bocca e tão resistente estomago : e era certamente o que teria se os governantes republicanos, mesmo velhacos como são, fossem ligeiramente mais átilados, ou se apesar d'esta sua incapacidade sem parelha não se encontrassem compellidos

por uma sorna perversidade estructural áquella necessidade de violencias, d'aggravos e de crimes a cuja successão não ha regimen que resista, nem mesmo quando governasse nos dominios d'uma necropole.

E essa foi, em meio de tantas desditas, a grande e milagrosa sorte do paiz : — fazerem-lhe os republicanos uma Republica por tal maneira inviavel que forçosamente ha de ir a terra, como vae o paralytico a quem escarranchem em cima d'um cavallo, por mais que o chouto da alimaria seja moderado e ronceiro.

Não, o paiz não merecia uma tyrannia assim de curto folego, e muito menos merecia este snr. Affonso Costa, que é n'isto como em tudo o seu mais caracteristico representante...

O historiador, um dia, deter-se-ha extatico perante os volumes da legislação, as collecções de jornaes, as memorias e outros documentos d'este tempo, sem saber que mais admirar : se as tropelias do snr. Affonso Costa, provocando teimosamente o paiz como um garoto de rua que chacoteia d'um velho tonto, os esforços incansaveis da Republica para tirar a nação d'este seu vil e commodo papel de cega, surda e muda perante as monstruosidaes politicas e moraes que ali se perpetram a cada hora, tornando-as successivamente mais numerosas, mais patentes, mais graves e mais impudicas — se pelo contrario a bovina mansidão com que Portugal a tudo se sujeita e cala, acceitando sem tugar nem mugir (da parte d'uma minoria que se pulverisava á primeira sacudidela energica) não já somente as desventuras publicas que ella semeia, mas as directas affrontas contra a dignidade de cada cidadão em particular e os mais sérios attentados contra os seus interesses immediatos, contra os seus direitos, contra a sua fazenda, contra o seu pão, contra o seu futuro individual.

A Republica ainda existe em Portugal, mas a responsabilidade não é certamente sua. O snr. Affonso Costa, por cuja conta eu tomei a liberdade de prometter aqui antecipadamente o mais inepto dos go-

vernos possíveis, ainda até hoje me não deixou ficar mal : nunca se fez tanto dislate em parte alguma do mundo ! Nem mesmo na Republica portugueza sob os ministerios que precederam e prepararam o d'agora...

O regimen em geral e o snr. Affonso Costa em particular teem, ultimamente sobretudo, esgotado todos os *trucs* classicos que atiram os povos para a insurreição, desde a perseguição religiosa até á rapina organizada sob a fórmula d'uma tributação absolutamente incomportavel. Se o paiz não somente os não enxota mas nem esboça sequer o mais tímido signal de protesto (a não ser, um dia ou outro, em epistolas tesis-simas para os jornaes, firmadas geralmente por um Y... ou por *Um Portuguez da velha guarda*) que culpa teem n'isso os accintosos governantes, cuja solitudine em dar cabo da Republica é um dos mais gigantescos trabalhos d'asneira a que desde todos os tempos se tem assistido no universo?



Eu bem sei que os *levantamentos em massa*, as *espontaneas revoluções nacionaes* são figuras de rhetorica, que faria muito mal em tomar a serio quem esperasse de movimentos d'essa natureza o termo d'uma tyrannia.

Jamais povo algum se levantou em massa ; nunca houve uma *revolução nacional*, no sentido de os cidadãos, profundamente indignados com a marcha das coisas publicas, se encontrarem um bello dia no meio da rua, d'escopeta ao hombro e cartucheira á cinta, promptos a verter o seu sangue pela libertação da Patria.

A verdade é que os povos, considerados em globo, quando abandonados a si proprios supportam sem resistencia efficaz todos os despotismos ; nem d'outra forma poderiam existir as tyrannias, que praticamente são sempre exercidas por uma minoria insignificante em relação ao numero dos opprimidos.

Até ahí pois, e sob esse ponto de vista, Portugal não é de modo algum uma excepção pela sua resignada passividade sob o chicote da canalheta hydrophoba que o despedaça.

Do mesmo modo e por maioria de razão — dado o mechanismo especial que as faz actuar — as tropas não se insurreccionam de *motu proprio*, o que significa que ao estranhar-se e condemnar-se a submissão do exercito perante aquella obra negregada d'aniquillamento da Patria, não se quer dizer que a obrigação do exercito fôsse lançar-se um dia á praça publica movido por uma vara magica, para jugular os oppressores, nem que o capitão X..., de guarnição em Abrantes, ou o tenente Z..., do regimento de Pinhel, sejam necessariamente responsaveis pelo aviltamento da corporação a que pertencem.

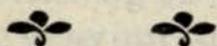
É um miseravel o official do exercito que se colloca sob as ordens ou a inspecção immediata dos chamados *grupos civis*, ou o que permite que sejam aggredidos e conspurcados os presos entregues á sua salvaguarda ; é um miseravel o que se deshonra espionando, delatando ou accitando com jubilo um papel n'essa macabra e abjecta comedia que o regimen organizou ao incumbir certo numero de militares de condemnarem sem provas ou contra as provas, servilmente e ás cegas, os portuguezes que a mariolagem carbonaria precipitou nos carceres da Republica.

Em quanto aos que se limitam ao cumprimento habitual do seu serviço, não se tem o direito de lhes assacar individualmente culpas, pois nem toda a gente é obrigada a possuir as qualidades d'organizador e de propagandista que se exigem n'um chefe militar, assim como nem todos estão em situação de o poder ser, sendo por outro lado muito raros os que, sem cahirem immediatamente na miseria, elles e a familia, se encontrem habilitados a abandonar a sua desgostante profissão. Se alguns o teem feito n'essas condições, são caracteres d'uma tempera que não se pode esperar encontrar no commum da humanidade.

Mas o máu signal não é esse. O caso é que quando

um exercito não está roído até á medulla por uma tremenda perversão moral, quando lhe resta no seu espirito colectivo alguma coisa de brio, uma certa noção dos seus deveres, da grandeza da sua missão, das suas responsabilidades e até dos seus interesses bem entendidos, os chefes apparecem sempre, nas horas de perigo tão grave e tão imminente como o actual. E do mesmo modo quando um paiz tem energia vital, tem a consciencia dos seus destinos e é capaz de os cumprir, esse paiz não se revoltará espontaneamente, mas do seu seio brota sempre nos momentos decisivos uma pleiade excepcional, um homem pelo menos, capaz de symbolisar os sentimentos nacionaes, de os interpretar, d'organizar a resistencia e de se tornar o *meneur* indispensavel em todos os grandes movimentos da opinião, como em todas as revoltas dos povos.

Tem o exercito, tem o paiz esse homem?



Entretanto, o peor de todos os symptomas da degradação moral do paiz é ainda a absoluta falta de resistencia, mesmo de resistencia legal, que os atrevidos flibusteiros do regimen encontram nas suas arremettidas, já não contra franquias e conveniencias mais ou menos vagas do conjuncto da nação, mas successivamente contra os interesses immediatos, privativos — e vitaes — de cada uma das classes que a formam.

Não é raro que um povo assista indifferente e impassivel ao aniquillamento das suas liberdades politicas ou aos esbanjamentos e depredações d'uma administração incompetente ou concussionaria. Sendo os males que d'ahi derivam por via de regra indirectos, remotos, mal definidos e de manifestação lenta, similhantes abusos não conseguem de momento provocar na massa geral do paiz senão uma indignação superficial e anodyna.

Mas em compensação ha para cada classe um certo

numero de direitos e d'interesses que são a sua razão de ser, que representam o minimo das suas necessidades moraes ou materiaes ou tradicionalmente lhes representam um ponto de honra, e é ahí que nenhum governante ousa bulir sem provocar immediatamente os seus protestos, nos paizes que ainda não cahiram n'aquelle estado comatoso prenunciador da morte e da podridão.

Ao militar importa geralmente pouco que não exista, por exemplo, uma rigorosa contabilidade nas finanças do Estado, comtanto que os governantes não attentem contra os principios de hierarchia e de disciplina sobre que assenta a organização dos exercitos. O commerciante desculpa facilmente que se coarcte a liberdade d'imprensa, mas o que não tolera á politica é que esta gere pelos seus processos o desassocego e a incerteza que paralysam as transacções e prejudicam o credito nacional. E um e outro, n'este criterio egoista de governo, teem mais razão do que parece : o que os move é um providencial *instincto de conservação* em relação ás suas classes, cuja prosperidade depende exactamente do apego com que ellas se ligarem aos seus principios, ás suas tradições e ás suas conveniencias proprias.

Ai do paiz onde o capitalista não tiver o amor da especulação, no bom sentido do termo, o proprietario rural não tiver o amor da terra, o industrial, o commerciante, o magistrado, o militar, não possuirem o sentimento vivo, e antes exagerado do que frouxo, dos seus interesses, dos seus direitos e das suas regalias profissionaes ! É então que se pode dizer que a vida nacional está estagnada, e nunca se sabe se essa immobilidade é a catalepsia ou a morte.

Ora este é o caso de Portugal.

Como se todas as affrontas, as provocações e os attentados d'alcance geral não bastassem para cevar os instinctos de maldade dos seus politicos, ou para revelar a sua inaptidão pasmosa, a Republica tem tido o cuidado d'ir a cada uma das classes, espinhal-a e feril-a n'aquillo que constitue a garantia

da sua cohesão e da sua existencia, que diz respeito aos seus interesses mais fundamentaes e inalienaveis.

Depois de ter prostrado o paiz com uma cacetada á cabeça, a Republica entretém-se a tritural-o osso por osso, musculo por musculo, fibra por fibra. E a verdade é que o faz impunemente.



O que é que constitue, por exemplo, o interesse supremo da magistratura judicial, não só em relação ás conveniencias individuaes e inteiramente respeitaveis dos seus membros, mas acima de tudo em nome dos interesses supremos da rigorosa, equitativa e imparcial administração da justiça? É a sua independencia. Nenhum paiz pode viver em ordem, no mais lato sentido d'esta expressão, logo que a independencia do poder judicial não exista ali assegurada d'uma forma efficaz e insophismavel. A republica vae á magistratura e põe cada juiz, na sua carreira e no exercicio das suas funcções quasi augustas, dependente da protecção ou da melevolencia d'uns carbonarecos da terra, a maior parte dos quaes, se fôsem ao banco dos reus, tinha o juiz que os pôr, por vadios, á disposição do governo.

E assim attingida n'uma prerogativa que é a bem dizer o seu nervo vital, o que faz a magistratura? Chucha e cala. Não só não fechou as portas dos tribunaes, como as não fechára quando, coacta pelas multidões de malandrins que lhe iam ditar as sentenças, os governos do regimen se negavam a protegel-a contra as violencias d'essa canalha : mas nem a mais modesta representação legal veiu assignalar o seu protesto contra a affronta odiosa e torpe que soffreu.

O que é que interessa ao homem [do commercio? Que se faça a tranquillidade, que as transacções sejam possiveis, que os negocios caminhem e prosperem. A incapacidade da Republica para assegurar esse socego necessario é tanto mais palpavel quanto é

certo que os republicanos são na verdade ainda hoje, mesmo no governo, os unicos elementos d'indisciplina social e de desordem que existem no paiz. E quando, apesar d'elles, uma certa apparencia de tranquillidade sobrevem, logo acodem a lançar a inquietação nos espiritos, como acaba de succeder com o picaresco manifesto alarmante da « Carbonaria ». E todavia, que faz o commercio? Não sei se resmunga em familia, á noite, depois de fechar a loja e de trancadas devidamente as portas e as janellas. Em publico o que elle faz é chuchar e calar, indo até consentir que umas associações que em Lisboa se arrogam a representação da classe andem ainda bem não a correr para os ministerios, para o municipio e para outras chafaricas, com pindaricas mensagens de felicitação a todo o bicho-carêta da turba-multa dos que o arruinam. Não vende, sua as estopinhas, convoca credores, abre fallencia, tomba na miseria, rebenta — mas não ousa sequer deixar d'arvorar nos dias de pagodeira republicana o trapicalho vermelho e verde que lhe impoem como um signal d'escravidão ; e deante do olhar esguêlho d'um caixeiro, em quem suspeite filiação carbonaria, não deixará de vir á porta, á passagem dos cortejos, a gritar como um bezerro *Viva o dr. Affonso Costa...*

Ha mais. Uma ou algumas associações portuenses de character commercial enviaram ha pouco um delegado ao Brasil para apreciar *de visu* a extensão e as causas do decrescimento espantoso da nossa exportação para aquelle paiz nos annos ultimos. Foi o enviado e veiu, e apresentou o seu relatorio.

Segundo tal exposição o nosso commercio com o Brasil diminuiu por isto, por aquillo e por aquell'outro: só n'ella se não menciona uma das razões mais notorias e mais importantes do phenomeno em questão, e que é o desgosto produzido entre o commercio portuguez n'aquella Republica pelos acontecimentos politicos da sua terra, recusando-se uma parte da nossa colonia a effectuar transacções ou a manter sequer relações commerciaes com o paiz onde

se perpetraram correntemente as infamias de que o commercio indigena, como a quasi totalidade da nação, é espectador silencioso e quedo.

Esse delegado dos commerciantes do Porto viu tudo isto ; soube certamente, no Rio de Janeiro, que só a intervenção pessoal d'El-Rei D. Manuel logrou ali evitar, no ultimo verão, o *boycottage* quasi unanime dos productos portuguezes ; que todavia é essa razão politica, sem exclusão d'outras, uma das que mais poderosamente actuam na ordem de factos que foi encarregado d'esclarecer ; ha de ter ajuizado das assustadoras sequencias d'este retrahimento commercial, pois dos consumidores que se fôrem por causa da Republica não voltará ao mercado nacional, depois de restaurada a Monarchia, senão uma minima parte, ficando a grande maioria nas mãos dos italianos, dos francezes, dos allemães com quem tiver estabelecido relações.

Pois foi como se nada d'isto visse nem ouvisse ! No relatorio da sua viagem o investigador portuense não allude sequer mesmo a esta decisiva circumstancia que os mais leigos não ignoram entretanto : e não consta que ao fazer a sua exposição algum interessado lhe pedisse a tal respeito o menor esclarecimento.

Estoiram, mas embucham !...

Onerada a propriedade com uma tributação *que ella não pode supportar*, que representa a ruina para os ricos e a indigencia para os menos abastados, que faz a agricultura depois do monstruoso attentado com que a alvejaram, mandando-se impedir pela canalha — coisa nunca vista ! — a entrega d'uma representação contra o augmento d'impostos ? Qual foi o gesto de protesto d'essa multidão cujos interessados constituem só por si a enorme maioria do paiz ? Onde a acção das associações de classe, onde os comicios, onde o esboço sequer de qualquer movimento que pudesse ao menos traduzir o queixume da victima contra o salteador que já não lhe exige apenas a bolsa ou a vida, mas cumulativamente a vida e a bolsa ?...

O que se viu foi o snr. Feijão offerecer evangelicamente a outra face, indo de cauda entre as pernas, sosinho e humilde, levar á frandulagem parlamentar a representaçãosinha que lhe não deixaram produzir d'espinha alta — o snr. Feijão, aquelle ex-medico da real camara que ia perguntar ao snr. Camacho se havia de deixar ficar onde estava o retrato d'El-Rei D. Carlos, entre os dos outros presidentes honorarios da Associação particular que geria... e que perante a prohibição d'aquelle mesquinho individuo se retirava reverente e grato, para ir recolher o retrato ao bucho !

O caso da parte do snr. Camacho não admira, pois raro se abre sepultura junto da qual esse patifete não vá alçar a perna, com a intrepidez de quem, sendo « espirito forte » e alheio a superstições, não acredita que os mortos possam erguer-se para o correr a pontapés, como fariam eventualmente os vivos.

Da banda do snr. Feijão, porém, similhante incidente não tem apenas uma significação pessoal, porque o snr. Feijão é um symbolo do paiz, tanto mais agachado quanto mais a Republica lhe carrega com o seu salto de prateleira, sapateando-lhe em cima um *faduncho* delirante, dos que ella aprendeu em pequena pelos tascos da Mouraria.

O snr. Feijão do episodio do retrato regio explica o snr. Feijão do protesto contra os impostos ; e este não é senão um lidimo representante, não já da accommodaticia agricultua, mas de todas e cada uma das nossas classes sociaes — militares e professores, industriaes e advogados, jornalistas, operarios, patrões, capitalistas, funcionarios, (a quem se tiraram agora sem o menor alvoroço as duas regalias essenciaes da sua carreira — o character vitalicio do emprego publico e o direito de gosar a aposentação) — os quaes todos, se não pedem inclusivamente ao regimen licença para *ir lá fóra* é porque para tanto não lhes deixa tempo a precipitação com que se desempenham, de cada vez, d'essa funcção physiologica.

Todo o paiz afinal é um Feijão. E carrapato...

ANNIBAL SOARES.

CHRONICA DO EXILIO

Os n^{os} 16, 17 e 18 publicar-se-hão simultaneamente, sendo preenchidos por uma

ENTREVISTA

com

S. M. El-Rei o Senhor D. Manuel II

no palacete de Richmond.

Eis o summario d'esse importante e historico documento, que n'esta occasião se reveste do mais alto interesse politico :

SUMMARIO : A magistratura regia no constitucionalismo : o Rei reina e governa. — El-Rei D. Manuel : de como, no exilio, S. M. é ainda o mais diligente estadista e o mais laborioso funcionario do seu paiz. — O Senhor D. Manuel e as questões sociaes. Os trabalhos de S. M. antes da revolução. — O proletariado sob o actual regimen; como El-Rei aprecia a obra da Republica em relação ás classes operarias. — A questão de Fazenda. Algumas impressões do Senhor D. Manuel II acêrca da situação financeira do paiz sob a Monarchia e sob a Republica. O dia d'amanhã. — Questões de fomento economico. Alguns pormenores ineditos sobre antigos projectos d'El-Rei : Um grande plano de reconstituição economica. O dr. Léon Poinsard e a sua missão em Portugal. — A restauração da Monarchia como condição da ordem. — A Republica e as colonias. — A perseguição religiosa e o que d'ella pensa S. M. — Os mortos, os presos, os exilados. A mulher portugueza sob o regimen monarchico. O consorcio entre o paiz e a Monarchia, como lei historica da nossa nacionalidade. — A obra da Republica. Hontem e hoje. Um quadro da situação nacional. — Como o Senhor D. Manuel II encara a sua função. Uma importante declaração politica de S. M. : El-Rei e a questão da restauração monarchica.

Todos os pedidos extraordinarios para estes 3 numeros, que convem serem encommendados desde

já, assim como os pedidos d'assignatura ordinaria, devem dirigir-se com a respectiva importancia por vale de correio, « Bon de la Poste » ou estampilhas francezas ou portuguezas, á Empreza Editora, 7, rue Laffitte, Paris.

